ANTIGO LIXÃO DA ALEMOA

ONG denuncia irregularidades em futuro terminal

A ONG Educa Brasil denuncia irregularidades no futuro terminal de contêineres da Brasil Terminal Portuário (BTP), a maior obra do Porto de Santos. O DL já havia alertado sobre a questão

Da Reportagem

A Organização Não Governamental (ONG) Educa Brasil impetrou uma ação civil pública, com pedido de liminar (decisão provisória), na 1ª Vara Federal de Santos, denunciando possíveis irregularidades no processo de construção do futuro terminal portuário de contêineres da Brasil Terminal Portuário (BTP), onde funcionou por muitos anos o Lixão da Alemoa.

A área, que foi concedida pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) à iniciativa privada, recebeu por mais de 50 anos os resíduos do porto e da cidade de Santos. Estima-se ter 680 mil metros cúbicos de terra contaminada.

A Justiça Federal já está pedindo explicações à CODESP e IBAMA sobre liberação de construção de um novo terminal portuário em local considerado o maior passivo ambiental do Estado de São Paulo.

Meses atrás, o ***DL*** havia alertado a questão, ouvindo ecologistas da região, que questionaram, entre outras coisas, a impossibilidade de se descontaminar um passivo ambiental desse porte em curto espaço de tempo, conforme anunciava a BTP.

> *"O local contém contaminantes gasosos que podem causar dano irreversível ao meio ambiente", afirma Paulo Rego*

A Educa Brasil apontou, no instrumento processual, situações que colocam em dúvida o respeito às condicionantes do licenciamento e a legalização da obra, como o descumprimento de algumas exigências legais, entre elas, a falta de relatório de monitoramento do patrimônio histórico e arqueológico.

Também explicações sobre mudança da metodologia técnica de remediação da área; comprovação de descontaminação do local; entre outros.

A concorrência pública, realizada em 2009 pela Codesp e vencida pela Brasil Terminal Portuário (BTP), exigia, como obrigação para a assinatura do contrato de concessão, que a empresa tratasse e descontaminasse o solo do terreno, para dar início à exploração econômica e a construção do empreendimento na região.

Segundo especialistas ambientais consultados pela Educa Brasil, não houve tempo suficiente, baseado na metodologia utilizada, para o local estar totalmente livre de contaminação.

"O local contém contaminantes gasosos como bário, fenol, inseticidas, pesticidas, benzeno, e substâncias como alumínio, ferro, chumbo, mercúrio, manganês, cromo, níquel entre outros, que podem ser levados ao estuário de Santos e causar dano irreversível ao meio ambiente. A descontaminação tem de ser feita corretamente", afirmou Paulo do Rego, presidente do instituto Educa Brasil.

O presidente da ONG afirma ainda que para retirar o material contaminado e repor terra saudável na área, "seriam necessários 500 caminhões por dia, por um bom tempo. O que não ocorreu", completa Rego.

A expectativa da ONG Educa Brasil é que a Justiça conceda liminar para que tudo seja apurado. "Não somos contra a instalação do terminal portuário e não queremos estabelecer barreira ao o progresso, apenas desejamos que sejam observadas restrições estabelecidas na lei e no processo de licenciamento e, assim, sejam feitas auditorias externas com análises químicas do terreno que possam comprovar a descontaminação, para depois tudo voltar ao normal", concluiu Paulo do Rego.

Para o advogado Paulo Iasz de Morais, que impetrou a ação na Justiça Federal, ainda existem muitas "peças soltas". Ele salienta a ausência de relatórios que comprovem a descontaminação, fora o fato de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não ter sido envolvido no processo.

A BTP, por intermédio de sua assessoria de Imprensa, informou ontem que não foi notificada sobre a ação civil pública e, neste sentido, não conhece os termos para poder contestá-la. Na oportunidade certa, a empresa revelou que irá afastar todos os equívocos que possam existir sobre a questão.

MATHEUS TAGÉ DL

Paulo Rego - "Para retirar o material contaminado e repor terra saudável na área, seriam necessários 500 caminhões por dia, por um bom tempo"

Entenda a situação

A Codesp arrendou a área onde funcionava o Lixão da Alemoa à BTP para que fosse construído um terminal marítimo de contêineres e, como condicionante, foi exigida a recuperação ambiental da área, contaminada por receber por décadas os rejeitos da cidade de do porto de Santos.

Segundo a ONG Educa Brasil, o histórico dos estudos aponta que a contaminação da área atingia mais de 17 metros de profundidade e, além das contaminações, o local abrigava (enterrado) artefatos da 2ª Guerra Mundial.

A empresa apresentou um projeto que deveria cumprir algumas exigências e prazos para aprovação. No meio do caminho, algumas peças do projeto inicial deixaram de ser cumpridas.

A Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) - um dos órgãos estaduais responsáveis pela liberação da obra – ainda não havia expedido autorização para a BTP, porque era contrária ao projeto que previa descontaminar o local por células.

Mesmo com o parecer desfavorável da Cetesb - que é quem, obrigatoriamente nesse caso, tem o poder de liberar a área – a construção entrou em operação. Inicialmente, para a Cetesb e para o próprio Ibama, toda a área deveria estar livre de contaminação para a liberação dos trabalhos.

A Brasil Terminal Portuário obteve autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) para explorar a área desde que todas as obrigações contratuais, além dos investimentos - cerca de R$ 250 milhões - em benefício ao meio ambiente, fossem cumpridos.

Porém, a permissão do órgão não liberava o início das obras e condicionava a abertura dos trabalhos após a inspeção e liberação autorizada pela Cetesb.

A BTP havia contratado a DEC Environmental NV, empresa de origem belga, que assinou contrato em março de 2009, no valor de 75 milhões de euros (R$ 235 milhões), para iniciar o trabalho de descontaminação por meio do método de "lavagem de solo" no próprio local que, segundo alguns ambientalistas, se essa técnica fosse utilizada até o final de toda a descontaminação, o resultado seria positivo.

O contrato foi rescindido com a DEC, em maio de 2011, e a metodologia de descontaminação e remediação da área foi alterada, o que caracteriza descumprimento do que foi acordado em contrato e do que foi apresentado no relatório de Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos no Meio Ambiente (EIA-RIMA), que serviu de base para o Ibama autorizar - como foi dito antes, mediante a aprovação da Cetesb - a exploração do local.

Especialistas consultados pela ONG afirmam que só uma auditoria completa, fazendo diversos poços de monitoramento, em um trabalho de perfuração abaixo do que foi escavado, transpondo o lençol freático, poderá detectar, de fato, se a descontaminação do terreno foi totalmente positiva.

ARQUIVO DL

No ano passado, a BTP apresentou projeto para vereadores

Patrimônio Histórico

O Porto de Santos detém, sabidamente, parte da história do Brasil por meio de achados arqueológicos que fazem parte do patrimônio histórico de Santos e do País.

Achados, já identificados na região, apontam para vestígios arqueológicos em toda a área do porto, com patrimônio identificado a profundidade de até 30 metros, onde existem navios e galeões que naufragaram em séculos anteriores.

Tudo isso pode estar se perdendo por causa das obras de instalação do terminal portuário que está sendo construído na Alemoa, sem o devido diagnóstico interventivo, que necessariamente deveria ser implementado e executado em conjunto com o Iphan.

A BTP, que tem arrendada a área do antigo Lixão da Alemoa, para a construção do terminal portuário de uso múltiplo, não entregou nenhum relatório de programa de monitoramento interventivo arqueológico e educação patrimonial ao Iphan, o que caracteriza descumprimento contratual, o que é suficiente para a suspensão das obras de instalação do terminal.